

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro - (Em milhares de reais)

	2011	2010
Ativo		
Circulante	522.597	510.079
Disponibilidades	1.554	22
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	283.311	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	249.293	-
Aplicações no mercado aberto	34.018	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (notas 5 e 6)	92.456	286.027
Carteira própria	5.911	286.027
Vinculados à prestação de garantias	86.545	-
Outros créditos (notas 7 e 8)	145.155	223.921
Rendas a receber	339	128
Negociação e intermediação de valores	139.724	220.126
Diversos	5.092	3.667
Outros valores e bens	121	109
Despesas antecipadas	121	109
Realizável a longo prazo	4.304	29.541
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	-	25.248
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	25.248
Outros créditos (nota 8)	4.304	4.293
Diversos	4.304	4.293
Total do ativo	<u>526.901</u>	<u>539.620</u>

	2011	2010
Passivo		
Circulante	190.740	263.747
Outras obrigações (notas 7, 8 e 9)	190.740	263.747
Sociais e estatutárias	-	261
Fiscais e previdenciárias	35.631	34.364
Negociação e intermediação de valores	140.789	218.515
Diversas	14.320	10.607
Exigível a longo prazo	2.313	2.353
Outras obrigações (notas 8 e 9)	2.313	2.353
Fiscais e previdenciárias	1.513	1.596
Diversas	800	757
Patrimônio líquido (nota 12)	333.848	273.520
Capital social	195.622	165.622
De domiciliados no país	195.622	165.622
Reservas de capital	561	561
Reservas de lucros	137.665	107.337
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>526.901</u>	<u>539.620</u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestres Findos em 30 de Junho

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Legal		
Em 31 de dezembro de 2009	107.317	18.305	561	16.541	71.584	214.308
Aumento de capital (Nota 12)	58.305	(18.305)	-	-	(40.000)	-
Distribuição de dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	59.212
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	2.961	-	(2.961)
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	-	56.251	(56.251)
Em 31 de dezembro de 2010	165.622	-	561	19.502	87.835	273.520
Aumento de capital (Nota 12)	30.000	-	-	-	(30.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	60.328
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	3.016	-	(3.016)
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	-	57.312	(57.312)
Em 31 de dezembro de 2011	195.622	-	561	22.518	115.147	333.848
Em 30 de junho de 2011	195.622	-	561	21.008	57.835	303.648
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	30.200
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	1.510	-	(1.510)
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	-	57.312	(57.312)
Em 31 de dezembro de 2011	195.622	-	561	22.518	115.147	333.848

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional - A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A., e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis do J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2012. **2 Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Instituição incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **3 Principais práticas contábeis - (a) Auração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(e) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. **(f) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível e outros riscos. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(g) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(h) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727 de 2008. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo artigo 15 da MP nº 449/2008, convertida em Lei nº 11.941/09. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para auração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não tem efeitos para fins de auração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2011, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre o total dos ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. **(g) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros realizadas com empresas do grupo no valor de R\$ 249.293 (2010 – R\$ 25.248) com vencimento até março de 2012 (2010 – janeiro de 2012) e aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R\$ 34.018. **5. Títulos e valores mobiliários** **(a) Classificação e composição da carteira**

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2011	Valor de mercado 2010
Títulos para negociação	92.456	(4)	92.456	286.027
Carteira própria	5.915	(4)	5.911	286.027
• LFT	5.915	(8)	5.907	286.027
• Ações	-	4	4	-
Vinculados a prestação de garantias ..	86.545	-	86.545	-
• LFT	86.545	-	86.545	-
Total da carteira de TVM	<u>92.460</u>	<u>(4)</u>	<u>92.456</u>	<u>286.027</u>

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	4	-	11	2.174	3.722	5.911
Vinculados a prestação de garantias	-	778	16.249	6.502	63.016	86.545
Total da carteira - 2011 ..	4	778	16.260	8.676	66.738	92.456
Total da carteira - 2010 ..	-	228.018	21.653	25.202	11.154	286.027

6. Instrumentos financeiros derivativos - As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. O Grupo J.P. Morgan possui área de administração de riscos independente das áreas de negócios. O objetivo dessa área é o gerenciamento de risco através de políticas internas, determinação de limites de operações e acompanhamento de posição das entidades do Grupo. O "VaR – Value at Risk" e os cálculos de "stress" são ferramentas adotadas pelo Grupo na administração dos riscos das posições. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto. **7. Negociação e intermediação de valores**

	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	-	45.793	222	107.820
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	139.724	94.996	219.904	110.695
Total	<u>139.724</u>	<u>140.789</u>	<u>220.126</u>	<u>218.515</u>

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações por conta de clientes. Em "Devedores/credores - Conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações. **8. Outros créditos e outras obrigações** - "Outros créditos – diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 3.650 (2010 – R\$ 3.618) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 5.596 (2010 – R\$ 4.270). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se, principalmente, a provisão para impostos e contribuições sobre lucros a pagar no valor de R\$ 34.037 (2010 – R\$ 34.364) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 1.513 (2010 – R\$ 1.596). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos – diversos". "Outras obrigações – diversas" referem-se, principalmente, a provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 13.261 (2010 – R\$ 9.723), provisão para despesas administrativas no valor de R\$ 897 (2010 – R\$ 821) e provisão para outras ações judiciais no montante de R\$ 800 (2010 – R\$ 757). **9. Passivos contingentes e obrigações legais** - As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2011	2010	2011	2010
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais e outros passivos contingentes	3.382	3.383	1.513	1.596
Trabalhistas	31	18	563	539
Outras - taxa de fiscalização (Lei nº 7.940/89) ..	237	217	237	218
Total	<u>3.650</u>	<u>3.618</u>	<u>2.313</u>	<u>2.353</u>

a.2. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias Obrigações legais e outros passivos contingentes			Total em 2011	Total em 2010
	Trabalhistas	Outras	Total em 2011		
Saldo inicial	1.596	539	218	2.353	1.615
Despesas financeiras					
– juros	138	53	19	210	204
Constituição	-	-	-	-	534
Baixa contra Dep. judiciais	(195)	-	-	(195)	-
Reversões	(26)	(29)	-	(55)	-
Saldo final	<u>1.513</u>	<u>563</u>	<u>237</u>	<u>2.313</u>	<u>2.353</u>

a.3. Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) Inconstitucionalidade da CSLL Lei nº 7.869/88 e (ii) PIS EC 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, foi constituída provisão sobre questionamento de contribuições previdenciárias contribuintes individuais. A instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem a imposição de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no valor de R\$ 34.216 sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F. Os advogados externos responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. **10. Receitas de prestação de serviços** - "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas na BM&F Bovespa no valor de R\$ 76.534 (2010 – R\$ 89.899) e rendas de administração de fundos de investimento no valor de R\$ 19.604 (2010 – R\$ 15.832).

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2011	2010
Receitas da intermediação financeira	19.418	35.438	24.117
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	19.420	35.440	24.122
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(2)	(2)	(5)
Resultado bruto da intermediação financeira	19.418	35.438	24.117
Outras receitas (despesas) operacionais	31.008	65.215	75.474
Receitas de prestação de serviços (Nota 10)	52.054	105.525	112.945
Despesas de pessoal	(16.067)	(27.757)	(19.141)
Outras despesas administrativas (Nota 15 b)	(1.809)	(3.921)	(5.445)
Despesas tributárias	(4.324)	(8.551)	(9.409)
Outras receitas operacionais (Nota 15 a)	2.760	3.156	324
Outras despesas operacionais (Nota 15 c)	(1.606)	(3.237)	(3.800)
Resultado operacional	50.426	100.653	99.591
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	50.426	100.653	99.591
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	(20.226)	(40.325)	(39.771)
Provisão para imposto de renda	(14.362)	(26.017)	(25.048)
Provisão para contribuição social	(8.634)	(15.634)	(15.027)
Ativo fiscal diferido	2.770	1.326	304
Participações no lucro	-	-	(608)
Lucro líquido do semestre/exercício	30.200	60.328	59.212
Número de ações	7.551.365	7.551.365	7.551.365
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$	4,00	7,99	7,84

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2011	2010
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	30.200	60.328	59.212
Lucro Líquido	30.200	60.328	59.212
Variação de ativos e obrigações	5.366	(24.778)	(59.202)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(13.893)	(224.045)	48.619
(Aumento) / Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	(5.064)	193.571	(114.543)
Redução em outros créditos	81.960	78.755	4.054
(Aumento) / Redução em outros valores e bens .	4	(12)	(24)
(Aumento) / Redução em outras obrigações ...	(40.427)	(32.210)	36.109
Imposto de renda e contribuição social pagos ...	(17.214)	(40.837)	(33.417)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	35.566	35.550	10
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	35.566	35.550	10
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	6	22	12
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	35.572	35.572	22
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	35.566	35.550	10

11. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2011	2010
Diferenças temporárias		
Provisão para participação nos lucros	4.263	3.565
Contingências fiscais	110	161
Contingências trabalhistas	225	216
Provisão para honorários advocatícios	341	314
RTT	639	-
Outros	18	14
Total de créditos tributários – ativo	<u>5.596</u>	<u>4.270</u>

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 1.326 (2010 – R\$ 2.096) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado, em 2010, R\$ 1.792. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 5.596 é estimada em 88% no 1º ano, 1% do 2º ao 7º anos, 2% do 8º ao 10º anos. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apuradas com base em informações de mercado monta a R\$ 4.776 (2010 – R\$ 3.521). A instituição tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2011. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue: